

28 - 2023 - 2024



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emillano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: (44) 3264-2777 / 3264-8600

GABINETE DO PREFEITO

Ofício n. 428/2024

Sarandi, 13 de março de 2024

Ilma Sra

Cinthyá Gimenes Lopes

Secretária Municipal de Assistência Social

O Gabinete do Prefeito vem por meio deste, solicitar à Vossa Senhoria, atendimento ao Ofício anexo nº031/2024/CMS, da Câmara Municipal de Vereadores, referente:

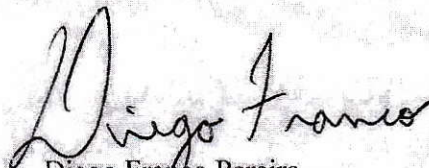
INDICAÇÃO Nº 056/2024, de autoria da Vereadora **ANTONIA ELOIZA FORTUNATO DE AGUIAR "TONINHA AGUIAR"**;

De acordo com o ofício, "... as respostas deverão ser fundamentadas não sendo admissíveis respostas como sim, não ou "está em nosso cronograma", mas uma resposta, quando possível, com data e outros dados que possam ser comprovados no futuro e repassado a população...".

Para o atendimento ao requerido solicitamos que seja encaminhado informação à este Gabinete até a data de 21/03/2024.

Certos do vosso pronto atendimento, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Diego Franco Pereira
Chefe de Gabinete

Recebido por
Geovani Cardoso
em 18/03/2024

Ofício nº. 235/2024 – SAS

Sarandi-PR, 25 de março de 2024

Ilmo
Dr. Diego Franco Pereira
Chefe de Gabinete
Prefeitura do Município de Sarandi
Estado do Paraná

Em atenção ao ofício nº. 428/2024 - Gabinete, a Secretaria Municipal de Assistência Social, vem por meio deste, encaminhar as informações solicitadas no Ofício nº. 31/2024 - CMS proveniente da Indicação Parlamentar nº. 56/2024.

No contido, foi indicado ao senhor Prefeito que viabilize a criação e implementação do Conselho do idoso neste município, de autoria da Vereadora Antonia Eloiza Fortunato de Aguiar “Toninha Aguiar”.


Diante a indicação recebida, informamos que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa encontra-se regular e em pleno funcionamento desde o ano de 2017, sendo regulamentado pela Lei de criação nº. 2367/2017.

Quanto ao calendário de atividades, os encontros são realizados toda 2ª quarta - feira do mês, sendo o convite para participação encaminhado com antecedência à Câmara Municipal de Vereadores, aos órgãos da administração pública e órgãos fiscalizadores, conforme cópia do envio de e-mail em anexo.

Ainda no mesmo ensejo, informamos que demais informações que se façam necessárias encontram-se disponíveis no endereço eletrônico citado no ofício nº. 14/2024 datado de 20/03/2024, expedido pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Cleide Andrade Durães.

Certos de ter atendido a presente a solicitação,
renovamos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente;


Cinthya Gimenes Lopes
Secretária Municipal de
Assistência Social

25/03/24

Ofício n.º 14/2024

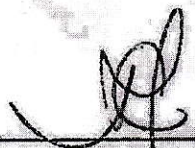
Sarandi, 20 de março de 2024.

Ilma. Sra.
Cintha Gimenes Lopes
Secretária Municipal de Assistência Social
Nesta

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais, encaminha resposta à demanda n.º 7 do ofício 428/2024 - GAB.

Informamos que este conselho está em regular e pleno funcionamento desde 2017, conforme Lei de criação n.º 2367/2017, em anexo. Suas reuniões acontecem toda 2ª quarta-feira do mês, sendo que todas as informações estão disponíveis no site da prefeitura, acessível através do endereço eletrônico <<https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/secretarias/assistencia-social/conselhos-assist-social/cmdpi>>. Salientamos que a câmara municipal é convidada a participar de todas as reuniões, como pode ser verificado no e-mail anexo. Caso haja necessidade de contato, estamos na rua Taí, 777, telefone 3288-5007 e e-mail cmdpi@sarandi.pr.gov.br.

Sem mais para o momento e certos de V. colaboração, colocamo-nos à disposição e renovamos protestos de estima e consideração.



Cleide Andrade Durães

Presidente do Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 21/06/2022

LEI Nº 2.367, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná aprovou, e eu, WALTER VOLPATO, Prefeito Municipal, sanciono a Seguinte Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Sarandi, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Seção I

Da Competência

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I - Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção de direitos da pessoa idosa:

II - Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal da pessoa idosa;

III - Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas à pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV - Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais a pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal.

Valorizamos sua privacidade
V - Encaminhar e acompanhar junto aos órgãos competentes denúncias de todas as formas de discriminação e violência contra a pessoa idosa, fiscalizando a execução de medidas de prevenção e sua apuração;

VI - Fiscalizar as entidades governamentais e não - governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº 10.741/03.

VII - Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa de direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;

VIII - Appreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso.

IX - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

X - Elaborar o seu regimento interno;

XI - Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que assegurem tais direitos;

XII - Convocar e promover as conferências de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIII - Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Seção II

Da Constituição e da Composição

Art. 32 O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI é composta de 12 (doze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

- I - Das instituições governamentais;
 - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
 - d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
 - e) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social, sendo um da Proteção Social Básica e o outro da Proteção Social de Média Complexidade;
- II - 06 (seis) representantes de instituições não governamentais e/ou Entidades Sociais promotoras dos estudos, pesquisas, defesas ou atendimento dos direitos dos idosos e/ou da Sociedade Civil, entidades prestadoras de serviço a pessoa idosa, tais como, igrejas, hospitais, grupos e centros de convivência de idosos, asilo e outras alternativas de atendimento;

Art. 33 O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI é composta de 08 (oito) conselheiros titular e seus respectivos suplentes os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não Governamentais, sendo:

I - Das instituições governamentais:
Valorizamos sua privacidade

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Assistência;

II - 04 (quatro) representantes de organizações não governamentais de âmbito municipal diretamente ligados defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento no mínimo 01 ano. (Redação dada pela Lei nº 2832/2022)

§ 1º Todos os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta lei.

§ 2º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 3º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 4º As instituições não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, cabendo a estas, indicarem seus representantes e suplentes.

Art. 4º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver no que tange à Presidência e à Vice - Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais a cada novo mandato.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º Cada membro do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de desempate.

Art. 6º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I - Extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II - Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
- III - Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:
Valorizamos sua privacidade

I - Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", Você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

II - Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção

na Secretaria do Conselho;

IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa reunir-se-á periodicamente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão previstos nas peças orçamentárias do Fundo Municipal de direitos da Pessoa Idosa, possuindo dotações próprias.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Sarandi.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I - Recursos provenientes da União, do Estado, de seus Órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - Recursos provenientes do Município;

III - As receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens moveis e imóveis que venha receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismo público ou privado, nacionais e internacionais;

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação em nosso site. Para saber mais sobre a aplicação de cookies e como gerenciar suas preferências, consulte nossa Política de Privacidade

V - As advindas de acordos e convênios;

VI - As provenientes das multas aplicadas com base na Lei nº 10.471/03;

VII - Outras.

Art. 18. O Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, cabendo ao seu titular:

- I - Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;
- II - Submeter ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III - Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV - Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 20. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 775/98, de 21 de setembro de 1998, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2017.

Valorizamos sua privacidade
WALTER VOLPATO

Prefeitura Municipal para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

Convite para Reunião Ordinária do CMDPI

De CMDPI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa <cmdpi@sarandi.pr.gov.br>

Para Primeira Promotoria de Justiça de Sarandi PR <sarandi.1prom@mppr.mp.br>, Controle Interno SDI <controleinterno@sarandi.pr.gov.br>, Gabinete do Prefeito <gap@sarandi.pr.gov.br>, Presidência Câmara Municipal <presidencia@cms.pr.gov.br>, Administrativo Câmara Municipal de Vereadores <administrativo@cms.pr.gov.br>

Data 2024-03-04 17:16

 Convite Reunião Ordinária 01 2024.pdf (~153 KB)

Boa Tarde!

Segue o convite para Reunião do CMDPI do mês de Março/2024. Qualquer dúvida estamos a disposição!

Atenciosamente,

CMDPI

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

(44) 3288-5007